

Mudanças nas normas regulamentadoras Riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores

O governo federal anunciou mudanças em 36 normas que tratam das regras de proteção da saúde e da segurança de trabalhadores.

Com o pretexto de aumentar a competitividade de empresas e reduzir a burocracia, o governo, na verdade, vai deixar o trabalhador ainda mais exposto aos riscos de acidentes, com menos amparo em caso de doenças, impossibilitando, assim, sua manutenção no trabalho ou contratação.

Na atividade portuária, sabemos que os riscos não são poucos. Isso sem falar da demissão de vários especialistas da área de saúde e segurança. Por sorte ou consciência, há empresas no Espírito Santo que ainda têm a segurança e a saúde do trabalhador como valor e não como custo.

Na NR1, uma das alterações retira a obrigatoriedade de o trabalhador realizar novo treinamento ao mudar de emprego — desde que permaneça na mesma atividade. Já as micro e pequenas empresas que desempenham atividades consideradas de baixo risco não terão mais de elaborar programas de prevenção de riscos ambientais e de controle médico de saúde ocupacional.

A NR 12 estabelecia alguns parâmetros para garantir a segurança de trabalhadores e prevenir acidentes no uso de máquinas e equipamentos. Com a mudança, haverá uma flexibilização para que a proteção seja de acordo com a avaliação de riscos de cada equipamento.



Estão no cronograma do governo as revisões com propostas de alterações para as NR7 — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) — e NR9 — (PPRA) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Demissões de profissionais especializados



O principal objetivo é desobrigar empresas que são a maioria, dos ramos de comércio e serviços administrativos, com risco na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) definidos em graus 1 e 2, de fazerem seus PPRA e PCMSO. Isso vai inutilizar muita mão de obra especializada do setor, como médicos do trabalho, técnicos em segurança do trabalho e enfermeiros do trabalho.

Qual é o risco para a população que trabalha nesses ramos empregatícios? Perdendo a possibilidade de saber qual atividade está te fazendo mal e, sem ações corretivas, o trabalhador se verá realmente doente. Vão correr para a Previdência Social (INSS), se esta ainda existir. Se não for, ficará desempregado à espera de um bom samaritano que contrate alguém doente.

O governo, neoliberal e desrespeitoso até mesmo com os tratados internacionais da OIT e de Meio Ambiente e Saúde, diz que as empresas economizarão aproximadamente R\$ 68 bilhões, mas quanto o povo gastará para se curar? Quanto o governo terá de desembolsar com os serviços públicos de saúde, pós-adoecimento da população?

Esse comportamento reflete a ganância dos empresários, que já vislumbram a possibilidade de “economizar” com investimentos na área, aumentando os lucros e também o número de acidentes, fato que já percebemos antes mesmo das mudanças serem efetivadas.

A política do governo visa atender interesses estrangeiros, mediante mudanças impostas pelos investidores, como ocorre na China e na Índia.

Infelizmente, a voz do trabalhador foi cerceada quando o governo federal destituiu as comissões tripartites e deu voz apenas ao empresariado, indústria e agricultura, deixando a comissão à mercê de uma central sindical que não representa grandes categorias.

Apesar de todos os desafios que estamos enfrentando, os sindicatos, ao lado dos trabalhadores, vão continuar sua luta em defesa da democracia e segurança para os milhões de brasileiros que necessitam de saúde para trabalhar e tentar ter uma vida digna.

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.

O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.

Acesse nosso site: www.suport-es.org.br